

Carta de Campinas expõe a estagnação da economia

CLAYTON LEVY

clayton@reitoria.unicamp.br

Faltando apenas pouco mais de um ano e meio para o fim de seu mandato, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ainda não conseguiu encontrar o rumo certo para combater a inflação e promover o crescimento sustentável, com geração de emprego e justiça social. Este deverá ser o tom do documento que a Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP) pretende divulgar no X Encontro Nacional de Economia Política, que acontece de 24 a 27 de maio no Instituto de Economia (IE) da Unicamp. O evento, que contará com três conferências, três sessões especiais e 37 mesas de debate, ocorre apenas uma semana após o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central ter elevado, pela nona vez consecutiva, a taxa básica de juros (Selic), de 19,50% para 19,75%. Estão confirmadas as presenças de convidados de relevo no cenário nacional e internacional, entre eles Peter Gowan (University of North London); Gary Dimsky (University of California); e Tony Lawson (Cambridge University).

A Carta de Campinas, como está sendo chamado o documento, deverá acentuar e ampliar as críticas expostas na Carta de Uberlândia, divulgada pela SEP em junho do ano passado durante o IX Encontro Nacional de Economia Política. “Dessa vez a idéia é adotar um tom ainda mais crítico”, diz a presidente da entidade, Leda Maria Paulani, professora livre docente do Departamento de Economia da Universidade de São Paulo (USP). Na Carta de Uberlândia, os participantes do encontro afirmavam ser “fundamental desmistificar as justificativas oficiais e os comentários econômicos da mídia sobre a necessidade de contingenciamento do orçamento fiscal ou da geração de superávits primários incompatíveis com a recuperação do crescimento”. Para os signatários do documento, “as alternativas a esta política econômica existem, são viáveis, socialmente inadiáveis e teriam o apoio da ampla maioria dos brasileiros que elegeu Lula para mudar a política econômica”.

Um ano depois da divulgação da Carta de Uberlândia, as críticas dos economistas prosseguem, só que agora agravadas, segundo eles, pela falta de perspectivas no campo da macroeconomia. “No governo Lula, o tecido social se esgarça ainda mais, as instituições se degradam, os trabalhadores perdem e choram, enquanto os banqueiros e os latifundiários ganham muito e gargalham”, dispara o professor titular de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Reinaldo Gonçalves. “E a macroeconomia revela sua verdadeira cara, fútil e frágil, quando as expectativas de crescimento econômico do país são rebaixadas em decorrência das expectativas de desaceleração da economia mundial”, completa o economista, que é um dos diretores da SEP.

Para o professor Wilson Cano, titular do Instituto de Economia (IE) da Unicamp, apesar de ter encerrado o acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Brasil continua atrelado a uma política “ortodoxa e equivocada”. Cano, que participará do Encontro abordando o tema “América Latina e Economia Mundial”, usa cores fortes ao compor o quadro que, segundo ele, reflete o contexto nacional. “No que diz respeito ao crescimento econômico, o voo do Brasil está mais para galinha do que para gavião, enquanto as medidas para combater a inflação lembram um cachorro mordendo o próprio rabo”. Por sua vez, Pedro Paulo Zahluth Bastos, professor do IE da Unicamp e um dos organizadores do Encontro, também afirma que há problemas com a economia. “O governo do presidente Lula resolveu abandonar os compromissos históricos do Partido dos Trabalhadores e da militância de esquerda e centro-esquerda brasileira e está procurando garantir, a qualquer custo, sua credibilidade perante o mercado e empresas endividadas no exterior”, aponta. Na entrevista que segue, os quatro docentes analisam a atual política econômica do governo Lula, antecipando o fio condutor que deverá caracterizar a Carta de Campinas.

Jornal da Unicamp – No início de maio, o mercado financeiro elevou pela décima semana consecutiva a previsão de inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que baliza o sistema de metas inflacionárias. A estimativa média subiu de 6,28% para 6,30%, o que está bem acima da meta de 5,1% perseguida pelo Banco Central, e mais distante ainda dos 4,5% pretendidos para o ano que vem. Ao mesmo tempo, o mercado reduziu a projeção de crescimento da economia neste ano. A aposta na expansão do Produto Interno Bruto (PIB) caiu de 3,64% para 3,60%. Para 2006, a expectativa se mantém em 3,50%. Trata-se de mera coincidência ou há algo de errado com a política econômica do governo Lula?

Leda Maria Paulani — A pergunta está muito bem colocada porque de fato há uma enorme contradição no discurso do governo. Meses atrás, os resultados menos raquíticos na esfera do crescimento transformaram-se em alibi para justificar a elevação pelo Copom da taxa básica de juros. A arenga de sempre veio à tona: crescimento mais elevado, demanda crescente, pressão sobre os preços, inflação fora de controle. Aceso o sinal vermelho, o remédio veio rápido e em doses elevadas: nada de manutenção da taxa de juros, redução então nem pensar; a receita é: juros reais crescentes, não importa que eles já sejam os maiores do mundo (mais do que o dobro da taxa do segundo colocado nesse ranking tenebroso: a Turquia).

Agora, encontramos-nos na situação exatamente oposta àquela



Henrique Meirelles, presidente do Banco Central, na sala de reunião do Copom, em Brasília, no final do ano passado: política econômica do governo no centro do debate

prevista pela receita barata de política econômica do governo: PIB em queda e inflação em alta. De fato, algo de muito equivocado parece haver com essa política. O que ocorre é que por trás desse tipo de prescrição está o diagnóstico monetarista de que elevação de preços é sempre, qualquer que seja a circunstância, resultado de demanda excessiva na economia. E na realidade, na economia brasileira de hoje, com o grau de desemprego e de capacidade ociosa existentes, um diagnóstico desses é muito pouco plausível.

Atualmente, os movimentos dos índices de preços são ditados muito mais pelo comportamento dos chamados preços administrados (aqueles que sobem por conta das autorizações oficiais como energia elétrica, combustíveis, remédios, gás de cozinha, telefonia etc.) do que por pressões de demanda. Isso sem falar na contradição que está envolvida no fato de se tentar segurar a inflação por meio de um regime de metas quando a economia funciona sob um regime de câmbio flexível (no segundo semestre de 2002, a pressão sobre o preço da divisa, gerada pelo chamado terrorismo eleitoral, levou à breca o controle inflacionário, a despeito do regime de metas já então adotado).

Pedro Paulo Bastos — A política econômica do governo Lula resolveu abandonar os compromissos históricos do Partido dos Trabalhadores e da militância de esquerda e centro-esquerda brasileira, procurando garantir, a qualquer custo, sua credibilidade perante credores (o “mercado”) e empresas endividadas no exterior. O custo pago pelo “contrato de credibilidade” é aprofundar o modelo de política econômica herdado:

1) aumento dos juros para atrair capitais especulativos e apreciar o real, para limitar o impacto inflacionário do câmbio alto e reduzir o custo da dívida externa do setor privado; 2) elevação de metas de superávit primário para arcar com o impacto crescente da política de juros sobre a dívida pública; e 3) recusa a qualquer renegociação de contratos privados de reajuste de preços e tarifas indexados aos preços no atacado (e indiretamente indexados ao câmbio).

Com isto, o crescimento econômico fica aprisionado pela política de juros, sem que as causas profundas da inflação (a instabilidade do dólar, o custo do crédito e os contratos indexados) sejam atacadas. Neste modelo perverso, quando os juros caem e/ou o câmbio aumenta, as empresas tentam recompor margens de lucro aumentando preços, o que leva o Banco Central a voltar a elevar os juros, depois de definir metas de inflação ambiciosas demais. Por isto, tanto as expectativas de crescimento quanto de inflação são constantemente frustradas.

Reinaldo Gonçalves — Que tem algo errado, não há a menor dúvida. A política econômica do governo Lula é inconsistente. Os dados mostram que, de um lado, há uma pressão inflacionária crônica e, por outro, um erro grave que é focar a política monetária única e exclusivamente no controle da inflação através da taxa de juros. Um dos problemas centrais do Brasil é o desequilíbrio das finanças públicas e a política monetária compromete ainda mais esse desequilíbrio. O aumento dos juros implica no aumento do serviço da dívida pública. Por essa razão, a política monetária é contraditória em relação à política fiscal.

O governo Lula está errando de forma muito grave no combate à inflação, deixando de lado as questões relacionadas à oferta e centrando sua política nas questões da demanda, particularmente usando a taxa de juros. É um erro grave de diagnóstico. Durante os dois primeiros anos do governo Lula, a inflação foi tratada como se fosse um problema de demanda, ou seja, excesso de gastos. Isso, naturalmente, não tem sentido porque o consumo das famílias caiu 1,5% em 2003 e cresceu 4,3% em 2004, ou seja, média anual 1,4% – na prática, um crescimento per capita nulo. O crescimento do consumo do governo é ainda pior (média de 1,0%; crescimento per capita negativo). O crescimento do PIB foi de 0,5% em 2003 e 5,2% em 2004 – média anual de 2,85%. Essa taxa é a metade da taxa média de crescimento econômico do país durante o século 20.

A inflação no Brasil nos últimos dois anos tem sido determinada, em grande medida, pelos seguintes fatores: mecanismo de correção de tarifas públicas, gargalos existentes no aparelho produtivo e abuso do poder econômico. A política do Banco Central, via uma simples regra de política monetária (aumento das expectativas de inflação implica elevação da taxa de juro), opera, portanto, sobre o sintoma, e não elimina as causas do processo inflacionário. O resultado do foco da taxa de juro no combate à inflação é o fraco desempenho da economia em termos de renda, emprego, acumulação de capital e desequilíbrio fiscal.

Wilson Cano — Como se vê, embora tenha terminado nosso “acordo” com o FMI, continuamos com uma política econômica ortodoxa e equivocada. Com relação ao PIB, o próprio governo já começa a falar em 3,5% para este ano, mas o resultado poderá ser ainda menor, dadas algumas manifestações setoriais da indústria, a despeito deste início de 2005, cujo voo está mais para galinha do que para gavião.

Com relação à inflação, os contratos de concessões e privatização permitiram às empresas corrigirem seus preços e antigas tarifas, pelo IGP, que sabidamente está sempre acima do IPCA. E olhe que o dólar caiu muito, não pressionando o IGP para uma alta ainda maior. Mas, se tivermos uma desvalorização acentuada, então não haverá camisa de força (as tais metas de inflação) capaz de segurar o IGP e os demais índices de preços.

Por outro lado, a contínua e absurda alta dos juros (Selic) pelo BC implica em elevação dos custos das empresas (e das famílias), pressionando a inflação para cima. Há uma semana, a insânia do BC elevou-a para 19,75%! É o cachorro mordendo seu próprio rabo. Quanto à “coincidência”, de fato há grande similaridade na política monetária, e uma suicida política fiscal, que, pretendendo reduzir a relação Dívida/PIB mas elevando os juros sobre essa mesma dívida, agrava ainda mais a situação e impede a realização do investimento público. Isto por sua vez inibe parcialmente o investimento privado.